

Testemunha da história

JEOVA FRANKLIN
Da Editoria de Política

Geraldo Campos pinta como fenômeno eleitoral em Brasília. A cada pesquisa, cresce de posição: em menos de um mês passou do 10º para o 3º colocado na preferência do eleitorado brasileiro, entre os candidatos a deputado federal, à força de um trabalho de "formiga" junto aos servidores públicos, classe pela qual vem lutando há quase 30 anos.

Ex-marinheiro, combatente de guerra, foi condecorado com a Medalha de Duas Estrelas pela sua participação em patrulhas e comboios realizados pela Marinha de Guerra entre os anos de 1943 e 1945, de Recife a Trinidad, protegendo os navios mercantes brasileiros.

Em 1958 deixou o Rio de Janeiro, atraído pelo sonho de JK de construir, no Planalto Central, não apenas uma nova capital, mas um novo país. Veio, enfrentou a lama e a poeira, firmou sua posição de liderança entre os pioneiros-candangos.

Antes de completar um ano de sua chegada, participou do movimento de denúncias da violência policial contra os operários construtores da nova capital, conflito que chegou a seu ponto máximo no episódio do "Massacre da Pacheco Fernandes", quando trabalhadores foram metralhados.

Em 1960, foi eleito presidente da Associação dos Servidores da Novacap, recém-fundada, função que exerceu até o movimento de 1964, quando, diante da ocupação militar da associação, foi obrigado a deixar Brasília às pressas. Preso, foi torturado, respondeu a cinco IPMs e inquéritos/policiais militares e demitiu da Novacap pelo primeiro Ato Institucional (no governo Castelo Branco). Teve seus direitos políticos cassados e cumpriu pena de prisão em Brasília e Juiz de Fora.

Na liderança dos servidores da Novacap, ele conseguiu a estabilidade de emprego para os pioneiros, derrubando, com a mobilização de sua classe, até voto presidencial no tempo de Jânio Quadros.

Liderou também a luta pela equiparação salarial dos servidores da Novacap com os funcionários públicos federais. E conseguiu ainda que os servidores regidos pela CLT, entre eles horistas e outros trabalhadores menos protegidos, passassem à categoria de funcionários regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, através da Lei nº 4242/63.

Geraldo Campos, com 61 anos de vida, não demonstra ter mais de 50. Sempre tranquilo, medindo sempre cada palavra que profere em sua voz meio rouca, ele delinea nesta entrevista, as principais propostas para a futura Assembleia Nacional Constituinte — "Se eu chegar a ser eleito".

Qual o papel a esperar da futura Assembleia Nacional Constituinte?

— A Constituinte deverá ter a preocupação primeira de assegurar as liberdades que foram tão prejudicadas na ditadura. A soberania nacional também precisa ser restaurada. Na ditadura, dizia-se até que o conceito de soberania não mais existia, tinha sido substituído pelo de interdependência entre nações de um mesmo bloco ideológico e político. Pregava-se e praticava-se uma política de concessões de todos os tipos às multinacionais e aos países desenvolvidos, especialmente aos Estados Unidos. Atrelada a esse processo alienante, a ditadura procurava, internamente, concentrar riquezas sob o pretexto de que assim fazendo estava garantindo investimentos para que o bolo da economia crescesse. E para que esse objetivo fosse atingido é que assistimos ao violento processo de supressão das liberdades. Uma geração inteira foi tolhida de participação política, a geração AI-5. Com isso o povo chegou a um grau alarmante de pobreza e o Brasil acumulou a maior dívida externa do planeta.

Qual o tratamento que sugere para a dívida externa?

— Essa dívida externa não teve a aprovação popular. Promossem que ela seja submetida a uma auditoria. Quando ela foi contraída não se ouviu a opinião pública, nem mesmo passou pelo Congresso. Dela, devemos pagar apenas a parcela realmente devida, retirando da dívida o que for referente aos abusivos juros flutuantes e às parcelas contratadas de forma lesiva aos interesses nacionais. Enquanto se faz a apreciação em profundidade, o pagamento da dívida deve ser suspenso, em forma de moratória, que não é nenhum calote, mas uma figura do direito internacional já praticado pelos Estados Unidos e Inglaterra.

A distribuição do bolo da economia, como deverá ser feita?

— Hoje, pergunta-se: Onde está o bolo? Quando é que ele vai ser dividido? Somos hoje a oitava economia do mundo, estando em termos de produto nacional bruto ao nível dos países desenvolvidos da Europa. No



Geraldo Campos

Quando os negros estavam engatinhando na formulação de suas reivindicações, na organização de suas instituições, minha geração, uma geração de esquerda, já se engajava na luta em favor da igualdade e fim das injustiças em todos os setores da sociedade. Lutamos contra qualquer forma de preconceito.

Qual o papel que você atribui ao eleitor brasileiro nessa fase de transição democrática?

— Acho que a obrigação e responsabilidade do eleitor não se esgota no ato de votar. Sua atuação deve ir até a Assembleia Nacional Constituinte e prosseguir muito além dela, sob a forma de pressões organizadas, de associações e outras representações comunitárias. A sociedade civil deve se mobilizar para acompanhar de perto a atuação dos futuros constituintes nas decisões fundamentais para o destino do País, na vigilância contra o predomínio dos interesses do poder econômico e de outros grupos de elite. E mesmo depois de promulgada a nova Carta, deve o eleitor se manter vigilante para que os preceitos progressistas nela incluídos não virem letra morta.

Você, como candidato, desenvolve alguma preocupação com relação à posição social da mulher?

— Estou e estarei sempre solidário à luta de grupos minoritários e marginalizados. Na nossa luta por uma sociedade justa, igualitária e democrática, temos necessariamente de encampar as reivindicações feministas, entre elas, a oportunidade de trabalho com salário digno, liberdade de decidir sobre sua vida profissional, fim da violência física e moral contra elas, liberdade de decisão sobre o uso do seu corpo, a plena igualdade entre o homem e a mulher na família, além do direito de representação na vida pública.

Com relação à Igreja, qual é a sua posição?

— Durante muito tempo a Igreja Católica, na posição de majoritária, conseguiu se posicionar quase como a igreja oficial do Brasil. Nessa época os cultos afro-brasileiros e pentecostais, por exemplo, eram considerados fora da lei. Os que os praticavam eram contraventores. Hoje, vemos, felizmente, a Igreja no Brasil, no campo de propostas sociais, como uma das mais avançadas do mundo. Nós defendemos a mais absoluta liberdade de culto no Brasil.

Os negros estão denunciando racismo na política e na sociedade brasileira. Você concorda com eles?

E quanto ao índio?

— Os movimentos indigenistas no Brasil defendem cinco pontos básicos que são assumidos por mim integralmente: reconhecimento dos seus direitos territoriais, como primeiros habitantes do Brasil; demarcação e garantia de suas terras; usufruto exclusivo das riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios; reassentamento em condições dignas e justas dos posseiros pobres que se encontram em terras indígenas; e reconhecimento e respeito às suas organizações sociais e culturais, além da defesa de sua plena cidadania.